



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/225/2023	13/01/2023	Sai-AP/2023/17	07/02/2023

ASSUNTO: Requerimento n.º 540/XII (BE) – “Concessão de Licenças de Ocupação e de Utilização de espaços, para a atividade comercial de restauração/bar na Aerogare Civil das Lajes”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

1 – Quantas e quais as empresas que se candidataram ao concurso público publicado no Anúncio n.º 362/2021 de 12 de outubro?

Foram apresentadas três propostas ao concurso público *suprarreferido*, que se elencam:

- Empresa Ideal de Panificação Terceirense, Limitada;
- Flight LK 777 – Comércio Internacional, Unipessoal, Lda.;
- Tibério Manuel Faria Dinis.

2 – A que entidade concessionária foi adjudicada a exploração dos espaços de restauração/bar da Aerogare Civil das Lajes?

A ocupação e utilização dos espaços de restauração/bar, que constituem os três lotes colocados a concurso, foi adjudicada a Tibério Manuel Faria Dinis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

3 – Qual o valor da referida adjudicação?

O valor da adjudicação pressupõe o pagamento das seguintes taxas mensais, acrescidas do IVA à taxa legal em vigor:

- Taxa de Exploração = 10% x Volume de Vendas;
- Taxa de Ocupação = 1.027,00 €;
- Taxa de Consumo = 30,81 € (fornecimento de determinados bens, nomeadamente água, no montante de 3% sobre a Taxa de Ocupação).

Pelo fornecimento de energia elétrica é devida uma taxa correspondente à leitura do contador.

Ademais, o titular assegura o pagamento, em cada ano de vigência da licença, dos proveitos mínimos garantidos oferecidos na sua proposta.

Em anexo: Cópia da Licença de Uso Privativo do Domínio Público Aeroportuário n.º LA/2021/5, atribuída nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A de 21 de novembro.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS
DE FREITAS**
Data: 2023.02.07 14:18:59-01'00'





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

LICENÇA DE USO PRIVATIVO DO
DOMÍNIO PÚBLICO AEROPORTUÁRIO

- TAXAS DE OCUPAÇÃO E NATUREZA COMERCIAL -
LA/2021/5

A Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos, adiante designada por DRTAM, outorga, nos termos do regime estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A, de 21 de novembro, a favor de Tibério Manuel Faria Dinis, com cartão de cidadão n.º [REDACTED] com domicílio na [REDACTED] a presente Licença de Uso Privativo do Domínio Público Aeroportuário, na Aerogare Civil das Lajes, nas condições seguintes:

Artigo 1.º

Objeto

A presente licença refere-se à ocupação e utilização de espaços divididos em lotes (1, 2 e 3), localizados na Aerogare Civil das Lajes, para o exercício de atividade comercial de restauração/bar, melhor identificados nos anexos da presente licença.

Artigo 2.º

Duração do contrato

- 1 - O licenciamento da atividade nos espaços referidos no artigo 1.º é feito pelo prazo de 5 anos, iniciando-se no 1.º dia do mês seguinte ao mês da sua outorga.
- 2 - Mediante requerimento a apresentar à DRTAM até 90 dias antes do termo do prazo da licença, esta pode ser prorrogada até ao limite máximo de 20 anos.
- 3 - No caso previsto no número anterior, o valor das taxas deve ser atualizado aquando da prorrogação, não podendo ser inferior ao valor que se encontre em vigor, salvo disposição legal em contrário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

Artigo 3.º

Taxas

1 - A licença pressupõe o pagamento das seguintes taxas mensais, às quais acresce o IVA à taxa legal em vigor:

A) **Taxa de Exploração (TE)** prevista no artigo 21.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2003/A, de 1 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2009/A, de 16 de dezembro.

$$TE = TV \times VV$$

Em que:

TV = A taxa sobre as vendas expressa em % será a oferecida pelo Titular da Licença na sua proposta - 10% para cada um dos lotes.

VV = Total das vendas efetuadas ao abrigo da licença, entendendo-se por total das vendas o valor bruto, deduzido o valor do IVA pago pelos consumidores, bem como as comissões devidas pelo titular da licença por vendas feitas com recurso a cartões de crédito ou de débito.

B) **Taxa de Ocupação** para o espaço a concessionar, conforme anexo I.

Prevista no artigo 12.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2003/A, de 1 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2009/A, de 16 de dezembro.

O quantitativo desta taxa é calculado fazendo incidir sobre cada área, expressa em metros quadrados, a taxa de ocupação em cada ano aplicável nos termos da Portaria n.º 82/2006, de 9 de novembro.

O valor atual da taxa, calculada tendo em consideração as áreas dos espaços a atribuir a licença, é de:

$$\text{LOTE 1: } 1 \text{ €/m}^2 \times 731,4 \text{ m}^2 = 731,4 \text{ €}$$

$$\text{LOTE 2: } 1 \text{ €/m}^2 \times 183,74 \text{ m}^2 = 183,74 \text{ €}$$

$$\text{LOTE 3: } 1 \text{ €/m}^2 \times 111,86 \text{ m}^2 = 111,86 \text{ €}$$

Total: 1.027,00 €



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

C) Taxa de Consumo prevista no Artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2003/A, de 1 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2009/A, de 16 de dezembro.

i) Pelo eventual fornecimento ao titular da licença de determinados bens, nomeadamente, água, é devida uma taxa no montante de 3% da Taxa de ocupação.

$$1027 \text{ €} \times 3\% = 30,81 \text{ €}$$

ii) Pelo fornecimento ao titular da licença de energia elétrica é devida uma taxa correspondente à leitura do contador.

- 2 - As taxas previstas nas alíneas do número anterior são devidas a partir da data do início da vigência da licença ou do início da verificação do facto de que resultam, conforme for o caso.
- 3 - As taxas e quantias referidas nos números anteriores serão atualizadas em conformidade com a política geral de preços da Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia/DRTAM, previamente estabelecida e aprovada nos termos da lei.
- 4 - Caso a atualização de qualquer das taxas previstas no presente artigo torne insustentável a atividade do titular da licença, poderá este, mediante declaração escrita, que produzirá efeitos 15 dias após a sua receção pela DRTAM, renunciar aos respetivos direitos, devendo proceder ao pagamento das referidas quantias até à data em que proceder à entrega do espaço a que se refere a presente licença.

Artigo 4.º

Condições de pagamento

- 1 - As taxas referidas no artigo 3.º são pagas até ao 8.º dia do mês a que digam respeito.
- 2 - Os pagamentos das quantias relativas às taxas e juros, quando a eles houver lugar, serão efetuados por transferência bancária permanente, à ordem da ACL com NIB a facultar por esta.
- 3 - Para efeitos de processamento da faturação relativa à taxa de exploração referida na alínea A) do n.º 1 do artigo anterior, o titular da licença entregará, até ao terceiro dia útil de cada mês, em impresso próprio para o efeito, fornecido pela ACL, declaração do valor bruto total das vendas faturado no mês anterior, deduzindo o IVA e as comissões devidas pelas vendas feitas com recurso a cartões de crédito ou débito, discriminando os itens constantes do referido impresso. O valor obtido servirá de referência para o apuramento da taxa de exploração e para efeitos de pagamento conforme previsto no n.º 1.
- 4 - A não entrega da declaração referida no número anterior determina a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 12.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

Artigo 5.º

Descrição do local e fim a que se destina

- 1 - A licença é atribuída exclusivamente para a atividade comercial de restauração/bar.
- 2 - O titular da licença não poderá, nos locais licenciados, prestar quaisquer serviços ou exercer quaisquer atividades que não sejam a indicada no número anterior, salvo no caso de autorização prévia e escrita da DRTAM.

Artigo 6.º

Proveitos mínimos garantidos

- 1 - O Titular da Licença assegura à DRTAM/ACL o pagamento, em cada ano de vigência da Licença, dos valores mínimos oferecidos na sua proposta por cada ano de concessão, que são os seguintes:

LOTE 1:

24.000,00 € para o primeiro ano de licença,
24.240,00 € para o segundo ano de licença,
24.842,40 € para o terceiro ano de licença,
24.727,22 € para o quarto ano de licença e
24.974,50 € para o quinto ano de licença.

LOTE 2:

12.000,00 € para o primeiro ano de licença,
12.120,00 € para o segundo ano de licença,
12.241,20 € para o terceiro ano de licença,
12.363,61 € para o quarto ano de licença e
12.487,25 € para o quinto ano de licença.

LOTE 3:

12.000,00 € para o primeiro ano de licença,
12.120,00 € para o segundo ano de licença,
12.241,20 € para o terceiro ano de licença,
12.363,61 € para o quarto ano de licença e
12.487,25 € para o quinto ano de licença.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- 2 - As taxas previstas no número anterior são devidas a partir da data do início da licença ou do início da verificação do facto de que resultam, conforme o caso.
- 3 - Este valor mínimo será devido sempre que as regras de liquidação da taxa de exploração em causa, respeitante às vendas efetuadas no espaço referido no artigo 1.º, não determinem para a DRTAM/ACL um valor superior de receitas.
- 4 - A comparação entre os proveitos efetivos e os mínimos garantidos será feita pela DRTAM/ACL.
- 5 - Na eventualidade de ser devido qualquer pagamento ao abrigo do regime de proveitos mínimos garantidos previsto neste artigo, esse pagamento far-se-á no prazo de 20 dias úteis, contados a partir da data de emissão da respetiva fatura.
- 6 - O valor dos proveitos mínimos garantidos será revisto em cada ano de vigência da licença, mediante a seguinte fórmula:

$$PMG_n = PMG_1 \times \frac{Pax.n}{Pax.1} \times \frac{IPC_n}{IPC_1}$$

Em que:

PMG_n = Valor dos Proveitos Mínimos Garantidos atualizado

PMG₁ = Valor dos Proveitos Mínimos Garantidos oferecido em concurso pelo titular da licença, para o ano a atualizar

Pax.n = Tráfego de passageiros no período "n"

Pax. 1 = Tráfego de passageiros verificado no 1.º período de 12 meses de vigência da licença

IPC_n = Índice dos preços no consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, verificado no fim do período "n"

IPC 1 = Índice dos preços no consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, verificado no período de 12 meses da vigência da licença

Ano "n" = num período de 12 meses de vigência da licença

- 7 - As atualizações serão efetuadas pela DRTAM/ACL, no termo do segundo ano e dos anos subsequentes de vigência da licença, logo que estejam disponíveis os correspondentes índices de preços no consumidor e serão imediatamente comunicadas ao titular da licença.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

Artigo 7.º

Regime de ocupação e utilização

- 1 - O titular da licença deverá iniciar a atividade até 15 dias úteis após o início do contrato, sob pena da aplicação das seguintes multas:
 - a) 1 dia de atraso: 25% Taxa de Ocupação;
 - b) 2 dias de atraso: 50% Taxa de Ocupação;
 - c) 3 dias de atraso: 75% Taxa de Ocupação;
 - d) 4 dias de atraso: 100% Taxa de Ocupação;
 - e) + de 4 dias de atraso: Agravamento de 100% Taxa de ocupação em cada dia a mais.
- 2 - Em caso de atraso no início da atividade por prazo superior a 11 dias úteis, poderá a DRTAM revogar a licença.
- 3 - A licença deve ser utilizada sob forma continuada e sem outras interrupções que não sejam as resultantes da própria natureza da atividade do seu titular, salvo caso fortuito ou de força maior e, bem assim, por acordo ou imposição da DRTAM/ACL.
- 4 - O titular da licença obriga-se a manter a sua designação corretamente identificada e bem visível em local e segundo modelo aprovados pela DRTAM/ACL, de modo a indicar com clareza que é ele o responsável pela atividade exercida no espaço licenciado, bem como o horário de abertura ao público, que deverá ser afixado em local bem visível do exterior.
- 5 - A adoção de qualquer denominação ou imagem de marca para o exercício de tal atividade, bem como os modelos de fardamento obrigatório do seu pessoal, carecem de prévia autorização escrita da DRTAM/ACL, mediante requerimento do titular da licença.
- 6 - O requerimento referido no número anterior deve ser solicitado no prazo máximo de 60 dias após o início da licença, sendo que a não entrega do mesmo pode determinar a revogação da licença.
- 7 - O titular da licença deverá prestar a máxima atenção e tomar todas as providências para que a sua atividade se desenvolva mediante a prestação de serviços eficientes e de qualidade, em condições de salubridade, asseio e conforto e com a maior higiene, não causando qualquer prejuízo, incómodo ou desagrado aos utentes do Aeródromo, nomeadamente, no que respeita a cheiros, acondicionamento dos produtos, apresentação e aspeto dos mesmos.
- 8 - No caso da DRTAM/ACL verificar que qualquer uma das obrigações referidas no número anterior não está a ser cumprida pelo titular da licença, serão aplicadas as seguintes penalizações em função da gravidade do incumprimento:
 - a) Pela primeira situação de incumprimento será aplicada uma penalização até 500,00€;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- b) Pela segunda situação de incumprimento será aplicada uma penalização até 1.000,00€;
 - c) Caso se verifique uma terceira situação de incumprimento, será de imediato revogada a licença conforme previsto no artigo 12.º.
- 9 - O exercício da atividade no espaço licenciado é de conta e risco do titular da licença, a quem incumbe ainda a responsabilidade por contribuições, impostos, taxas, seguros, multas, dívidas e encargos de administração provenientes da ocupação e utilização do espaço, bem como outras obrigações específicas que decorram da legislação aplicável, nomeadamente, a respeitante ao licenciamento e exercício da atividade.
- 10 - A carga e descarga de mercadorias de qualquer natureza só poderão ser feitas através dos locais, horários e normas indicados pela DRTAM/ACL.
- 11 - Todos os resíduos deverão ser depositados em local próprio de acordo com a legislação em vigor, sendo responsabilidade do titular da licença a remoção de todos os resíduos produzidos na sua atividade para fora da área da Aerogare.
- 12 - O titular da licença não pode utilizar quaisquer espaços para publicidade, seja de que espécie for, sem autorização escrita da DRTAM e sem o pagamento de taxa por esta estabelecida.
- 13 - O titular da licença não fará propostas comerciais, nem distribuirá folhetos noutras áreas da Aerogare que não a licenciada, sem autorização escrita da DRTAM.
- 14 - O titular da licença afixará em locais bem visíveis a indicação de que existe livro de reclamações e observações dos utentes e manterá este sempre à disposição dos utentes e da DRTAM/ACL, obrigando-se a apresentar fotocópias das reclamações nas 48 horas seguintes à apresentação das mesmas, bem como da decisão que sobre elas for proferida.
- 15 - Caso as reclamações acima referidas, atento o seu número ou gravidade, sejam consideradas pela DRTAM/ACL lesivas da sua imagem ou da boa qualidade dos serviços a prestar aos utentes da Aerogare, poderão determinar a aplicação, ao titular da licença, de sanções pecuniárias até 25.000,00€.
- 16 - Será dada especial importância a reclamações apresentadas por insuficiência de:
- a) Cumprimento dos horários de funcionamento do espaço licenciado;
 - b) Limpeza e estado de conservação das instalações, materiais, equipamentos e produtos existentes;
 - c) Adequado stock e disponibilidade de produtos a fornecer;
 - d) Número ou profissionalismo dos empregados ao serviço;
 - e) Exposição que permita uma fácil escolha dos vários produtos e serviços disponíveis.
- 17 - Caso sejam aplicadas três sanções pecuniárias e subsista a apresentação de reclamações por motivos idênticos, a DRTAM poderá proceder à revogação da licença, nos termos previstos no artigo 12.º.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA

Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- 18 - A DRTAM determinará um prazo razoável, consoante as circunstâncias, para que o titular da licença faça cessar a situação de incumprimento, facto que a não ocorrer dará origem à aplicação das sanções previstas nos números anteriores.
- 19 - Com a cessação da licença, por decorrência do seu período de vigência ou por qualquer outro motivo previsto no presente caderno de encargos ou lei, o titular da licença é responsável por deixar o local nas condições em que o mesmo foi entregue.

Artigo 8.º

Pessoal

- 1 - O titular da licença é o único responsável pela contratação de pessoal necessário para desempenhar funções no espaço licenciado durante o período de vigência da licença, sendo igualmente responsável pelo pessoal caso a licença cesse antes do termo da sua vigência.
- 2 - O titular da licença é responsável pela perfeita apresentação do seu pessoal, bem como pela sua disciplina e correção, relativamente aos utentes do Aeródromo, estando-lhe vedados todos os comportamentos que a estes possam causar desagrado, incómodo ou prejuízo.
- 3 - Sempre que o pessoal do titular da licença estiver de serviço, deve estar perfeitamente identificado com o fardamento obrigatório da empresa, o qual é autorizado nos termos dos números 5 e 6 do artigo anterior.
- 4 - No caso da DRTAM/ACL verificar que a obrigação referida no número anterior não está a ser cumprida, serão aplicadas as seguintes penalizações:
 - a) Pela primeira situação de incumprimento, no ano, será aplicada a penalização de 100,00€;
 - b) Pela segunda situação de incumprimento, ou mais, no mesmo ano, será aplicada a penalização de 200,00€.
- 5 - O pessoal do titular da licença tem de se encontrar sempre identificado através de cartão pessoal, emitido pela DRTAM/ACL, através de requisição do mesmo.
- 6 - No caso de cessação do vínculo com o trabalhador ou de mudança de local de trabalho, o respetivo cartão tem de ser, de imediato, devolvido à DRTAM/ACL.
- 7 - O pessoal do titular da licença está sujeito, na área do Aeródromo, a todas as disposições regulamentares em vigor, podendo, em caso de violação das mesmas, ser-lhe retirado o respetivo cartão de acesso e de identificação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- 8 - O não cumprimento rigoroso das normas de segurança e utilização de cartões de acesso a áreas restritas e reservadas do Aeródromo, por parte do titular da licença, seu funcionário ou representante, dá lugar à aplicação das penalizações previstas no n.º 8 do artigo 7.º.

Artigo 9.º

Instalações e equipamentos

- 1 - São encargos do titular da licença a decoração, aquisição de equipamento e de mobiliário necessário ao exercício da atividade.
- 2 - O local e instalação licenciados estão sujeitos a vistoria e fiscalização da DRTAM/ACL, a cujo pessoal o titular da licença deverá permitir o acesso sempre que aquela o entenda conveniente.
- 3 - O titular da licença é responsável pela conservação das instalações licenciadas, bem como pela sua limpeza, manutenção, reparação e substituição, no termo da respetiva vida útil, dos equipamentos, mobiliário e acessórios necessários para o desempenho da sua atividade.
- 4 - Uma vez terminados os trabalhos de construção, de decoração, de equipamento e mobiliário do espaço licenciado, o titular da licença não poderá proceder a alterações, ou modificações, sem prévia autorização escrita da DRTAM/ACL, à qual deverá ser entregue um plano escrito e desenhado de obras, condições e prazos de realização destas.
- 5 - Sem prejuízo da faculdade de revogação da licença, a DRTAM/ACL poderá, a expensas do seu titular, mandar demolir todas e quaisquer construções efetuadas ou retirar peças instaladas em contravenção do disposto nos números antecedentes.
- 6 - Sempre que as instalações licenciadas necessitem de obras de reparação e conservação, o titular da licença comunicá-lo-á imediatamente à DRTAM/ACL, devendo tomar as medidas necessárias para evitar o seu agravamento, aplicando-se, com as necessárias adaptações as disposições especiais do arrendamento para fins não habitacionais previstas no Código Civil.
- 7 - Em caso de urgência, poderá a DRTAM/ACL mandar realizar, por conta do titular da licença, as obras de reparação e conservação da responsabilidade deste.
- 8 - No termo da licença, seja qual for o motivo que o tenha determinado, os equipamentos e acessórios afetos ao exercício da atividade licenciada referidos no n.º 1 reverterem para o titular da licença.
- 9 - O titular da licença fica obrigado a proceder ao levantamento dos bens ou objetos armazenados e à liquidação de quaisquer valores devidos, incluindo despesas de remoção e armazenagem, no prazo que, mediante notificação escrita, lhe for determinado pela DRTAM/ACL, sob pena dos bens serem perdidos a favor desta entidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- 10 - Sem prejuízo do disposto no n.º 5, e independentemente da causa de cessação da licença, ingressam no património da DRTAM/ACL as benfeitorias realizadas pelo titular daquela, que não possam ser levantadas sem deterioração das instalações.

Artigo 10.º

Mudança de instalações

- 1 - Sempre que o interesse público da exploração aeroportuária o justifique, a DRTAM/ACL poderá determinar a mudança dos locais licenciados ao abrigo da presente licença, havendo lugar, sempre que daí decorra perda de instalações e/ou equipamentos, a indemnização ao titular da licença pelo valor residual dos bens não totalmente amortizados e de investimentos não recuperáveis, calculada mediante prova documental contabilística por ele apresentada e aceite pela DRTAM/ACL.
- 2 - Caso a mudança de locais não convir ao titular da licença, este poderá, no prazo de 15 dias úteis a contar da receção da respetiva notificação, renunciar por escrito aos respetivos direitos, sem prejuízo do direito de indemnização previsto no número anterior, considerando-se imediatamente extinta a licença.
- 3 - O direito à indemnização previsto nos números anteriores poderá ser exercido imediatamente, no caso de extinção da licença, ou apenas no termo do prazo da mesma.

Artigo 11.º

Seguros

- 1 - O titular da licença obriga-se a realizar e a manter em vigor durante o período de vigência da licença os seguintes seguros:
 - a) Seguro de responsabilidade civil que cubra todos os riscos decorrentes da atividade desenvolvida, com o capital mínimo de 125.000€ por sinistro;
 - b) Seguro de riscos patrimoniais para os bens e equipamentos que trouxer para o espaço objeto da presente licença, com capital equivalente ao valor de substituição desses bens, e que cubra todos os riscos seguráveis designadamente incêndio, roubo, furto, fenómenos sísmicos, inundações, danos por água, queda de aviões, derrame de instalações de climatização, cataclismos e riscos elétricos;
 - c) Seguro de acidente de trabalho obrigatório por lei.
- 2 - Sob pena de revogação da licença, o seu titular apresentará à DRTAM/ACL documento comprovativo da plena vigência dos contratos de seguro, no prazo de 10 dias úteis a contar do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

vencimento de cada um dos seus prémios, e sempre que lhe seja solicitado, documentos estes que deverão ser emitidos por seguradoras com autorização para desenvolver a sua atividade em Portugal.

Artigo 12.º

Cessação da licença

- 1 - Além dos casos previstos na lei e na presente licença, o licenciamento poderá ser revogado a todo o tempo, caso a atividade exercida no espaço licenciado constitua causa de perturbação para o serviço da DRTAM/ACL.
- 2 - A DRTAM poderá revogar a licença sempre que o seu titular não cumpra qualquer dos deveres a que está vinculado e se não fizer cessar a situação de incumprimento no prazo que lhe for determinado para o efeito.
- 3 - O titular da licença poderá, a todo o tempo, renunciar aos direitos inerentes à mesma, desde que do facto dê conhecimento por escrito à DRTAM/ACL com a antecedência mínima de 60 dias corridos, sendo devido o pagamento das taxas até ao final do mês em que a renúncia produz os seus efeitos com respeito pelo referido pré-aviso.
- 4 - Nos casos previstos nos números anteriores, a DRTAM tem a faculdade de exigir ao titular da licença o pagamento de uma quantia igual à que seria devida, no conjunto dos doze meses imediatamente subsequentes à renúncia ou revogação da licença, pelo pagamento da taxa de exploração, ou no número de meses em falta para o termo da vigência da licença, no caso de ser inferior.

Artigo 13.º

Atraso na entrega da declaração mensal de atividade

- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o incumprimento, pelo titular da licença, da obrigação prevista no n.º 3 do artigo 4.º no prazo referido na mesma disposição, determinará a aplicação do regime previsto nos números seguintes.
- 2 - Dada a impossibilidade de cálculo da taxa de exploração a que se refere a alínea A) do n.º 1 do artigo 3.º, por falta de conhecimento, em tempo útil, do valor das vendas efetuadas pelo titular da licença no mês anterior ao da verificação do atraso da entrega da declaração mensal de atividade, a DRTAM/ACL faturará um valor igual ao montante faturado no mês anterior, com um acréscimo de 30%.
- 3 - O valor da taxa de exploração devida no mês em que se verificou o atraso na entrega da declaração mensal de atividade será retificado, tendo em conta o valor efetivo da taxa a que se refere a alínea A)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- do n.º 1 do artigo 3.º, por processamento do crédito ou do débito a que eventualmente houver lugar, no mês seguinte ao da entrega da correspondente declaração mensal das vendas.
- 4 - Em cada ano de vigência da licença, a primeira situação de incumprimento, pelo titular da licença, do prazo previsto no n.º 3 do artigo 4.º, confere à DRTAM/ACL a faculdade de exigir ao titular, a título de cláusula penal, o pagamento de uma quantia cujo valor resulta, consoante o atraso verificado, da aplicação das seguintes permissões ao montante anual de proveitos que à data do referido atraso se verifique:
- a) Atraso inferior a três dias úteis - 3‰ (três por mil)
 - b) Atraso de três a seis dias úteis - 6‰ (seis por mil)
 - c) Atraso superior a seis dias úteis - 10‰ (dez por mil)
- 5 - As subseqüentes situações de incumprimento no mesmo ano de vigência da licença conferem à DRTAM/ACL a faculdade de exigir ao titular da licença, a título de cláusula penal, o pagamento de uma quantia de valor igual ao triplo do calculado nos termos do número anterior.
- 6 - Os pagamentos de quantias eventualmente devidas pelo titular da licença nos termos do disposto nos anteriores n.os 4 e 5 serão feitos no prazo de 20 dias úteis, contados da receção da primeira solicitação para o efeito efetuada pela DRTAM/ACL.

Artigo 14.º

Horário

- 1 - Durante o Verão IATA (desde o último domingo de março ao último sábado de outubro), a instalação licenciada será mantida aberta ao serviço dos utentes durante todos os dias nos horários de voos. Durante o Inverno IATA (desde o último domingo de outubro até ao último sábado de março), o titular da licença poderá encerrar a instalação licenciada, uma vez por semana, devendo o dia ser comunicado à DRTAM/ACL, por escrito, à data da assinatura da licença. O dia de encerramento deverá estar afixado no local licenciado.
- 2 - Caso o titular da licença pretenda alterar o dia de encerramento, deverá comunicar à DRTAM/ACL, por escrito e com 15 dias de antecedência, o dia em que o local licenciado estará encerrado, procedendo à substituição do dia anteriormente afixado.
- 3 - Sempre que as necessidades operacionais o justifiquem, e mediante diretrizes do Diretor da Aerogare ou de um seu representante, o licenciado deverá manter as instalações abertas ao público, sempre que tal for considerado necessário.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

- 4 - O incumprimento total ou parcial dos períodos e horários de funcionamento de qualquer dos locais licenciados determina a aplicação ao titular da licença de uma sanção pecuniária nos termos seguintes:
- a) Na primeira falta em cada ano da vigência da licença: 30% da taxa de exploração, por cada hora ou fração em que se verificar o encerramento;
 - b) Na segunda falta em cada ano da vigência da licença: 60% da taxa de exploração, por cada hora ou fração em que se verificar o encerramento;
 - c) Na terceira e seguintes faltas em cada ano da vigência da licença: 90% da taxa de exploração, por cada hora ou fração em que se verificar o encerramento.
- 5 - No caso de se verificar o não cumprimento integral e pontual das obrigações relativas ao horário mínimo de funcionamento de qualquer dos locais licenciados, por mais de cinco vezes, a DRTAM poderá revogar a licença com fundamento no seu incumprimento.

Artigo 15.º

Redução do tráfego aéreo

O titular da licença não poderá exigir à DRTAM/ACL qualquer indemnização ou compensação com fundamento em redução de tráfego da Aerogare.

Artigo 16.º

Mora e falta de pagamento

- 1 - A falta de pagamento das taxas e demais quantias no prazo estabelecido fará incorrer o titular da licença no pagamento de juros de mora, nos termos estabelecidos para a falta de pagamento de taxas devidas ao Estado, conforme o artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A, de 21 de novembro.
- 2 - Nos termos da lei, a DRTAM, para garantia dos seus créditos, goza de direito de retenção sobre os bens do devedor encontrados no espaço licenciado.
- 3 - A DRTAM poderá determinar a revogação da licença no caso de falta de pagamento de qualquer das importâncias devidas pelo seu titular.

Artigo 17.º

Cessão da posição contratual

A licença é exclusivamente atribuída ao seu titular, não podendo ser transmitida total ou parcialmente a terceiros, seja a que título for, sem autorização prévia expressa e escrita da DRTAM.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

Artigo 18.º

Notificações e comunicações

1 - Todas as notificações e comunicações entre as partes, no âmbito da licença, serão escritas e dirigidas para:

Endereço:

Aerogare Civil das Lajes

Pedreiras

9760-251 Lajes VPV

Telefone/Fax

295545454/295512205

e-mail

acl.geral@azores.gov.pt

ou

**Secretaria Regional dos Transportes, Turismo
e Energia**

Direção Regional dos Transportes

Aéreos e Marítimos

Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro, 6, 8.º Piso

9500-119 Ponta Delgada

Telefone

296 248 430

e-mail

drttransportes@azores.gov.pt

Titular da Licença:

Tibério Dinis

Endereço:

[REDACTED]

Telefone/Fax:

[REDACTED]

e-mail:

[REDACTED]

2 - As notificações ou comunicações especialmente previstas na licença deverão ser efetuadas:

- a) Por carta registada, considerando-se recebida no 3.º dia útil após a expedição;
- b) Por fax, considerando-se recebido no dia útil posterior à data aposta pelo fax do destinatário no recibo de receção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

Artigo 19.º

Legislação aplicável

A licença rege-se pelos artigos anteriores, pelas disposições aplicáveis do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2002/A, de 21 de novembro e pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2003/A, de 1 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2009/A de 16 de dezembro e, ainda, pelas disposições dos diplomas legais que eventualmente as venham modificar ou substituir, na medida em que de tais disposições resultem direta ou imperativamente alterações a qualquer das disposições da presente licença.

O DIRETOR REGIONAL DOS TRANSPORTES AÉREOS E MARÍTIMOS

(ao abrigo de competências delegadas pelo Despacho n.º 350/2021, de 17 de fevereiro)



CARTÃO DE CIDADÃO



O TITULAR DA LICENÇA

O Titular da Licença, Tibério Dinis, tomou conhecimento do conteúdo da presente licença, a qual declara aceitar e se obriga a cumprir sem reservas, tendo recebido um exemplar.

Assinatura válida



CHAVE MÓVEL

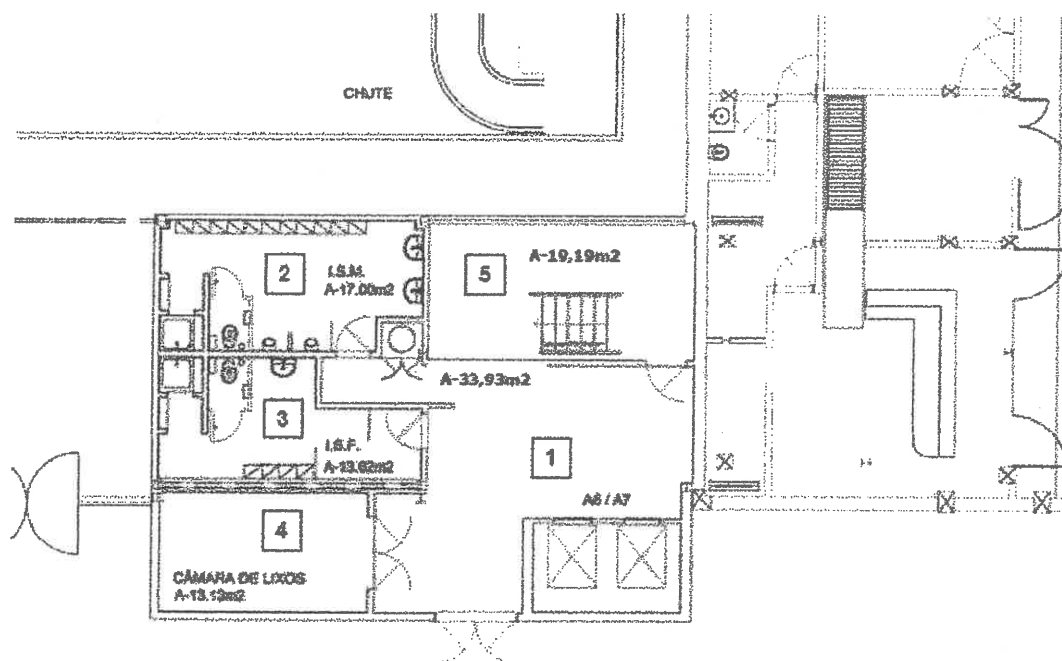


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

ANEXO I

Localização e características dos espaços a que se refere o artigo 1.º do Caderno de Encargos

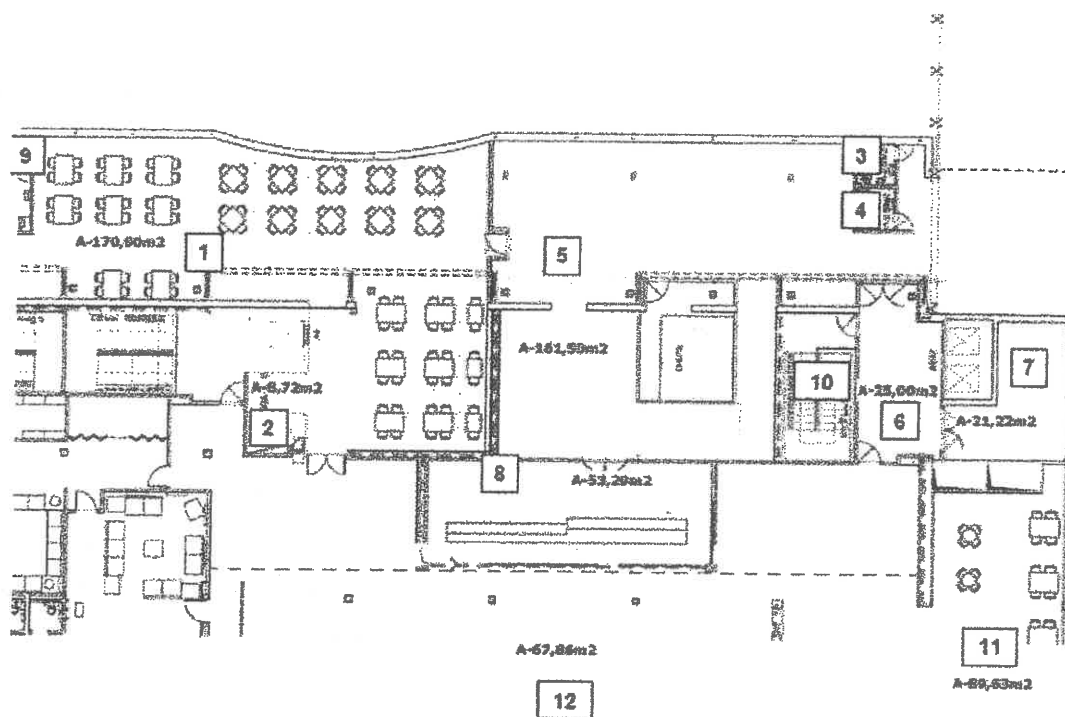
LOTE 1



Piso 1 - Área de apoio com acesso ao exterior



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos



Piso 2 - Restaurante



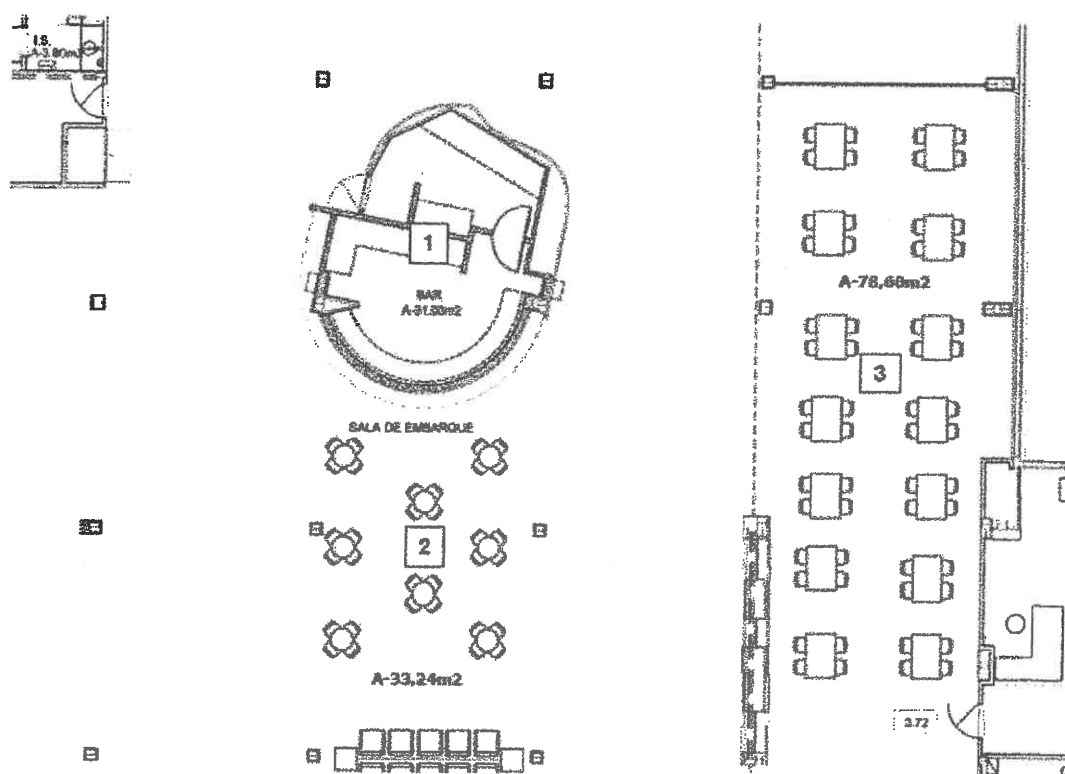
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

ID	Espaço a concessionar e nº de identificação na planta	Espaço a concessionar e referência interna	localização n.º do Piso	Designação da área a concessionar		
				Designação	Descrição	Área
LOTE 1	A-1	TER.1.12	1	Serviços	Hall de entrada com acesso às escadas e aos elevadores de serviço	33,93
	A-2	TER.1.13			Instalações sanitárias de serviço, masculinas c/ duche e termoacumulador	17
	A-3	TER.1.14			Instalações sanitárias de serviço, femininas c/ duche e termoacumulador	13,62
	A-4	TER.1.15			Câmara de lixos	13,13
	A-5	TER.1.16			Escada de serviço	19,19
	área total					96,87
	D-1	TER.2.12	2	Restaurante	Sala de refeições, sem equipamento, com AVAC pronta a ser utilizada	170,9
	D-2	TER.2.13			Receção e bengaleiro sem equipamento	8,72
	D-3	TER.2.14			Instalações sanitárias masculinas, de serviço, equipadas	2,69
	D-4	TER.2.15			Instalações sanitárias femininas, de serviço, equipadas	2,69
	D-5	TER.2.16			Cozinha com Quadro elétrico, pontos de água, com acabamentos e sem equipamentos	161,5
	D-6	TER.2.17			Hall de entrada, com acesso às escadas e elevadores de serviço, pronto a ser utilizado	25
	D-7	TER.2.18			Armazém pronto a ser utilizado	21,22
	D-8	TER.2.19			Área de atendimento e self-service com acabamento e sem equipamentos	53,29
	D-9	TER.2.20			Instalações sanitárias, públicas, masculinas e femininas equipadas	11,84
	D-10	TER.2.21			Escada de serviço	19,19
	D-11	TER.2.04			Área de esplanada junto às janelas	89,63
	D-12	TER.2.05			Área de esplanada em frente ao self-service	67,86
	área total					634,53



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

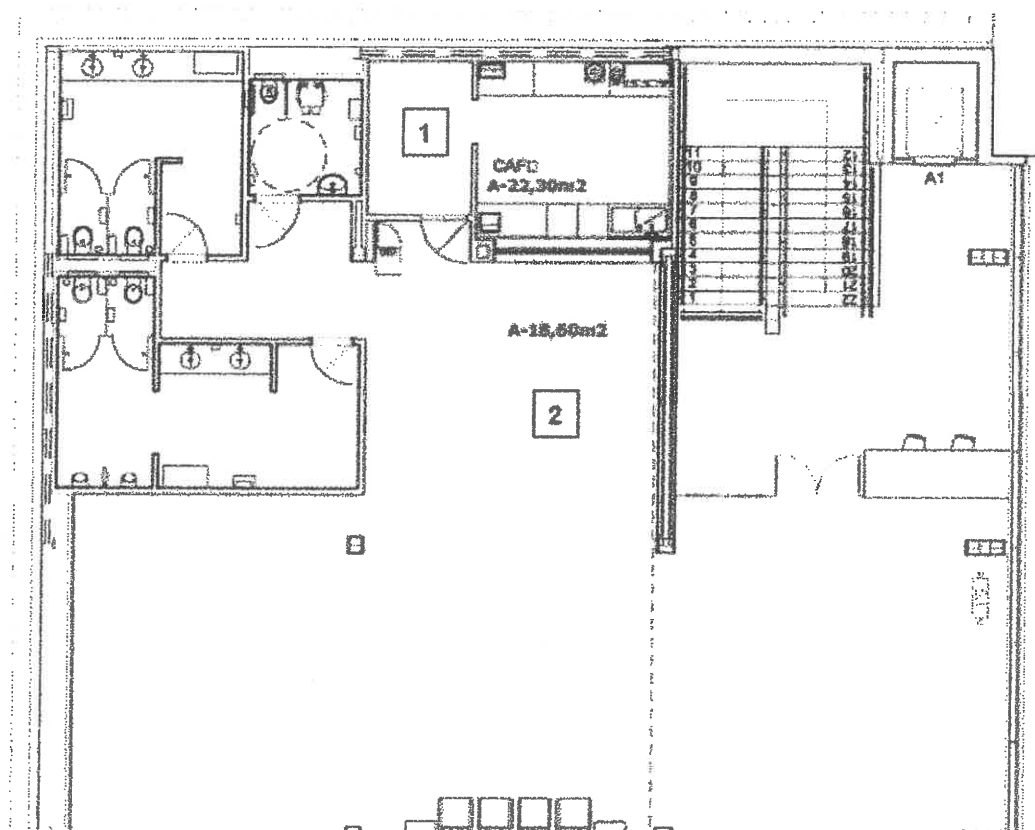
LOTE 2



Piso 2 - Bar da sala embarque da zona de voos Schengen



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos



Piso 2 - Bar sala de embarque da zona de voos não Schengen



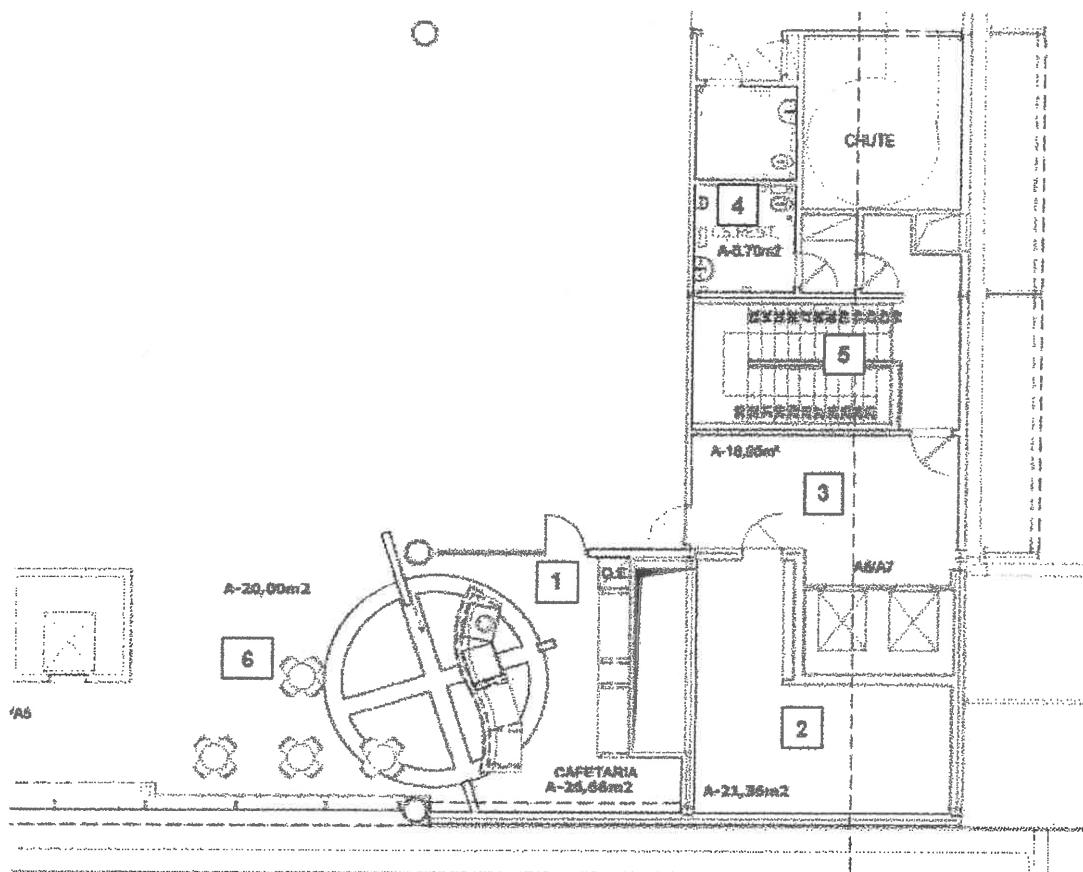
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

ID	Espaço a concessionar e nº de identificação na planta	Espaço a concessionar e referência interna	localização n.º do Piso	Designação da área a concessionar		
				Designação	Descrição	Área
LOTE 2	B-1	TER.2.10	2	Barsala embarque voos Schengen	Bar com área de apoio, quadro elétrico, instalação elétrica, balcão pronto a ser utilizado, ventilação própria, AVAC da sala, pontos de água e de esgoto	31
	B-2	TER.2.01			Área de esplanada	33,24
	B-3	TER.2.02			Área de esplanada	78,6
	área total					142,84
	C-1	TER.2.11	2	Barsala de embarque voos não Schengen	Bar com área de apoio, quadro elétrico, instalação elétrica, termoacumulador, ventilação e AVAC próprios, balcão pronto a ser utilizado, pontos de água e de esgoto	22,3
	C-2	TER.2.03			Área de esplanada com mesas de pé alto	18,6
	área total					40,9



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

LOTE 3



Piso 3 - Bar do Átrio de check-in



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA
Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos

ID	Espaço a concessionar e nº de identificação na planta	Espaço a concessionar e referência interna	localização n.º do Piso	Designação da área a concessionar		
				Designação	Descrição	Área
LOTE 3	E-1	TER.3.09	3	Bar Átrio de check-in	Bar com quadro elétrico, instalação elétrica, lava-loiças com torneira e balcão prontos a serem utilizados	26,66
	E-2	TER.3.05			Área de apoio pronta ser utilizada	21,36
	E-3	TER.3.06			Área de apoio e acesso às escadas e elevadores de serviço pronta a ser utilizada	18,95
	E-4	TER.3.08			Instalações sanitárias, de serviço, prontas a serem utilizadas	5,7
	E-5	TER.3.07			Escada de serviço e área de apoio	19,19
	E-6	TER.3.01			Área de esplanada com mesas de pé alto	20
	área total					111,86

Esta aerogare tem o seguinte horário de abertura: de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 17 horas. Aos sábados e domingos, o horário de funcionamento está dependente do horário dos voos interilhas publicados pela transportadora aérea SATA Air Açores, S.A..

